

**A relação entre mídia, política e o espaço urbano durante
a “guerra do spray” em São Paulo**

*The relationship between media, politics and urban space during
the “spray war” in São Paulo*

Erivelto AMARANTE¹

Resumo

O estudo analisa o conflito entre os pichadores e grafiteiros com o *establishment* durante a "guerra do spray" promovida pelo prefeito de São Paulo João Doria em 2017. Para isso, analisamos 46 notícias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Estadão no período em que Doria usou a criminalização desses grupos como estratégia política para promover sua imagem e o programa "Cidade linda". O objetivo é verificar se houve alguma saliência a favor ou contra uma das partes. O trabalho apresenta as distinções entre os diferentes tipos de intervenção urbana e faz um debate sobre sua importância como ato de resistência frente a lógica neoliberal de apropriação dos espaços públicos para a obtenção de lucro. O resultado apontou para uma cobertura rasa, factual e que pouco fugiu do estigma que associa os grupos de spray com vandalismo e prejuízos ao patrimônio, o que contribuiu para legitimar a narrativa oficial.

Palavras-Chave: Pichação. Grafite. “Guerra do spray”. Espaço urbano. Enquadramento noticioso. João Doria.

Abstract:

The paper analyzes or conflicts between the pichadores and grafiteiros as the establishment during the "war do spray" promoted by the prefeito hair of São Paulo João Doria in 2017. For isso, we analyzed 46 news published in our days Folha de S. Paulo e Estadão no period Because Doria used the criminalization of these groups as a political strategy to promote his image or program "Cidade linda". The objective is to verify that there is some salience in favor or against one of the parties. O work presents the distinctions between the different types of urban intervention and faz um debate on its importance as an act of resistance against the neoliberal logic of appropriation of two public spaces to obtain profit. The result is suitable for a flat, factual coverage and that little fugiu do stigma that associates the spray groups with vandalism and prejudice to the patrimony, or that contributed to legitimize the official narrative.

Keywords: Graffiti; “Spray War”. Urban space. News framing. João Doria.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPA). Bolsista Capes.
E-mail: novo.eri@gmail.com

Introdução

Os primeiros 100 dias de governo de João Doria como prefeito de São Paulo, em 2017, foram marcados pela perseguição e criminalização aos artistas de rua que usam os muros e paredes da selva de pedras paulistana como forma de expressão e comunicação urbana. Para promover a sua própria imagem e o programa de zeladoria “Cidade linda”, Doria tratou a pichação e o grafite como um ato de vandalismo e se caracterizou de gari diversas vezes para deixar a maior cidade do país mais cinza. A espetacularização política do novo prefeito em torno do tema ficou conhecida pelo termo “guerra do spray” e foi acompanhada de perto pelos dois principais jornais da cidade, Folha de S. Paulo e Estadão.

O objetivo dessa pesquisa é descobrir como a Folha e o Estadão enquadraram em suas páginas a securitização do tema pelo prefeito, que mobilizou vários setores da sociedade, incluindo pichadores, grafiteiros, autoridades políticas e policiais, e foi alvo de contestação de moradores e empresas, como a Amazon, gigante mundial da tecnologia. Para tanto, usamos o arcabouço teórico-metodológico do *news frames*, com foco no modelo sugerido por Entman (1993). O autor considera que o “enquadramento oferece um caminho para descrever o poder do texto comunicacional e sua influência sobre a consciência humana, exercida pela transferência da informação (p. 51).

Através da análise de enquadramento aqui proposta, será possível comparar os dois jornais e perceber se houve ou não uma homogeneização na cobertura, quais as fontes ganharam voz nas páginas e verificar se a “guerra do spray” teve algum vencedor. Isto é, se alguma saliência na apresentação e tratamento do tema beneficiou uma parte em detrimento de outra. Nossa hipótese inicial é de que Doria conseguiu mais espaço para projetar o seu posicionamento, enquanto pichadores, grafiteiros e vozes contrárias ao prefeito tiveram mais dificuldades para se defender da perseguição oficial. A metodologia e o detalhamento do corpus serão mais bem explorados na seção de resultados.

Prieto & Laczynski (2020) trataram da gestão do prefeito João Doria considerando o ultraneoliberalismo urbano, a privatização e a acumulação de capital. Na visão dos autores, essa lógica mercantilista e de valorização do privado deteriora o sentido democrático da cidade, sufocando o espaço público, além de colocar os assuntos políticos sob a dependência da esfera econômica. Spinelli (2007) abordou a pichação como signo

comunicativo integrado à cidade e como um código à margem, sem regra. Para o autor, sua significação é paradoxal. Enquanto é tratada como linguagem secreta dominada por jovens e adultos organizados em torno de um “círculo tribal pós-moderno”, para grande parte da população e, principalmente, para o Estado, ela é vista como um fenômeno de poluição visual. “A ilegalidade força o pichador a uma relação diferenciada com o poder público, o que afirma o caráter subversivo da prática e estabelece um impasse entre indivíduo e Estado” (p. 115).

A nossa proposta neste artigo é discutir o spray como forma de expressão e comunicação urbana, para além do viés reducionista que liga a prática ao vandalismo e ao crime. Além disso, consideramos essas intervenções como tentativas de desterritorialização e reterritorialização do espaço urbano. Isto posto, a primeira parte apresenta uma breve discussão teórica sobre pichação e grafite como forma de comunicar e sua importância transgressora frente à cultura dominante. A segunda parte aborda o contexto político em São Paulo envolvendo a criminalização do spray pelo prefeito João Doria. Por fim, são apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados da análise de enquadramento noticioso. A última seção traz a discussão e as considerações finais.

Pichação, ‘pixo’ e grafite

Existem diferenças entre a pichação e o grafite, sobretudo no Brasil. A pichação costuma ser reconhecida pelas letras ou assinaturas em tom monocromático, feitas com spray ou rolo de pintura. Spinelli (2007) ressalta que a prática se popularizou e ganhou estilo próprio, difundido principalmente a partir da cidade de São Paulo e se espalhou por todo o país. A letra da pichação é caracterizada por traços retos que formam diversas arestas em uma forma homogeneizadora. “A fonte tipográfica ficou conhecida como ‘Iron Maiden’, por lembrar as letras usadas nas capas dos discos dessa banda de heavy metal” (p. 113).

A pichação é um estilo próprio que reúne grupos em torno de uma linguagem comum, que se reconhecem pelo emprego da palavra, a partir do uso de técnicas corporais e na forma como se comunicam pelas paredes. Maffesoli (1993) fala em um estilo diferenciado que marca a identificação dos grupos. “A linguagem serve de senha, de signo de reconhecimento, e permite fora dos limites do seu território (bairro, escola, relações amigáveis) de, se agregar a grupos que compartilham o mesmo ‘estilo tipo’” (p.31).

O elemento agregador e de coesão no grupo é conhecido como “crew”, “bonde” ou “coletivo”. A assinatura do nome do “crew” identifica e liga o pichador a um grupo, a um estilo e a uma determinada região da cidade. “O grupo que picha tem no bairro, na zona em que mora, um referencial de territorialidade que acompanha a inscrição na parede. A formação do “crew” é então precedida de uma proximidade geográfica entre os integrantes” (SPINELLI, 2007, p. 113-114).

Picho e “pixo” não são uma mera variação gramatical da mesma palavra. Reis (2018) explica que existe uma grande diferença entre elas. A pichação com “ch” refere-se a uma escrita transgressora tendo a mensagem de protesto como principal preocupação. Portanto, precisam ser compreendidas pelos demais. Por sua vez, o “pixo” com “x”, também conhecido como “*TagReto*” é um estilo originalmente paulistano, onde seus membros valorizam a “quantidade, grau de dificuldade e um estilo específico de tipografia. Possui uma grafia cuja compreensão se limita, na maioria das vezes, aos próprios pixadores, fazendo com que o grande público a tenha como poluição visual ou simples agressão ao patrimônio público e privado” (p. 26).

Em relação ao grafite, sua origem normalmente está associada à cultura do Hip Hop dos Estados Unidos, onde encontrou suas referências entre os anos 1980 e 90. No entanto, Fort & Gohl (2006) afirmam que o estilo surgiu do “movimento de contracultura parisiense de 1968, quando mensagens de caráter político foram escritas nos muros da cidade” (p. 18). Já Oliveira (2012) explica que o grafite estadunidense saiu das periferias de Nova Iorque e ganhou visibilidade no mundo através das figuras estampadas nos vagões dos metrô novaiorquinos. Portanto, antes fixo nas paredes, o grafite também se tornou móvel.

Assim como os pichadores, os grafiteiros também se agrupam em “crews” e se identificam sob um nome ou sigla. As letras também são usadas como forma de representar o grupo e vários estilos de fonte foram incorporados em personagens e desenhos, cada vez mais ricos em detalhes. O autor colombiano Armando Silva (1987) divide em três etapas a evolução do grafite. A primeira teve início nas manifestações de maio de 1968 na França, seguido dos grafites de Nova Iorque nas décadas seguintes e das manifestações satíricas que posteriormente se difundiram na América Latina, onde os principais alvos eram o Estado, o setor privado e a Igreja (RUSSI, 2010).

Spray e política

Em São Paulo, o spray como forma de expressão e comunicação surge no final da década de 1960 sob influência dos movimentos de contracultura pelo mundo e num contexto marcado pela repressão da ditadura militar brasileira. Durante o regime, a pichação era usada como forma de resistência por universitários, estudantes, intelectuais e militantes políticos. Os muros da cidade pediam “Abaixo a ditadura”, “Fora ditadura” e “Eu quero votar pra presidente”. Reis (2018) lembra que a pichação política não se restringiu a esse período. O que mudou foram as frases e os personagens. Em 1992 os muros exigiam “Impeachment Já” e “Fora Collor”; no fim dos anos 1990 se lia “Fora FHC”; em 2016, “Temer golpista” e “Foi golpe”.

Para Reis, “a frustração e a clara falta de representatividade e confiança sentida pela população diante dos nossos governantes instigam em alguns pichadores a necessidade de se expressar, conversar com a sociedade de maneira que choque via transgressão (REIS, 2008, p. 21). Rolik afirma que o spray dos muros e paredes se tornou uma forma de expressar os sentimentos de revolta e indignação com a classe política. Para a autora, a motivação desses grupos deve-se em grande parte ao seu “alheamento em relação aos processos decisórios na política e na falta de expressão pública de parte significativa da população” (ROLIK, 2014, p. 10).

Canclini (2015, p. 336) trata da pichação e do grafite como uma “escrita territorial da cidade, destinada a afirmar a presença e até a posse sobre um bairro”. Não obstante, o spray além de apresentar mensagens que representam os valores culturais, carregam uma estética e uma técnica artística para comunicar, revelando assim um caráter político importante no gesto de pichar ou grafitar, destituindo as formas da cultura hegemônica e massiva e se transformando em uma cultura própria, pelas pessoas que interagem no ambiente urbano. A representação da realidade social conforme afirma Barbero (1997) é uma das principais estratégias de resistência utilizadas pelas subculturas como uma forma pragmática de exercer posicionamentos políticos e não ritualísticos.

Delleuze & Guattari (2011) afirmam que “territorializar” é controlar os processos sociais, econômicos, simbólicos e culturais de um determinado ambiente e suas fronteiras. Portanto, a pichação, o “pixo” e o grafite, são tentativas de desterritorialização do espaço público, ao mesmo tempo em que promovem uma reterritorialização, na medida em que esses ambientes foram tomados pelo setor privado e político, os mantendo

sob formas não democráticas e impedindo uma maior participação popular do espaço comum. Lemos lembra que “o Estado e as instituições tendem sempre a manter territórios como forma de poder e controle” (LEMOS, 2006, p. 4).

Enquanto os grupos de *street art*, intervenção urbana e transgressão procuram ocupar e ressignificar os espaços públicos para transmitir suas mensagens e se comunicar pelos muros e paredes das grandes cidades, o Estado e grande parte da mídia de massa classificam essas manifestações como um ato de desobediência civil, degradação e vandalismo. Por sua vez, no Brasil, a legislação federal diferenciou o grafite da pichação e institucionalizou em parte o uso do spray através de leis que incentivam a revitalização da paisagem urbana. A diferenciação consiste na lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011, que descriminalizou o ato de grafitar por meio de autorização. Portanto, se existe autorização para a pintura no muro, ela é considerada como grafite, caso contrário é tipificada como pichação e considerada crime passível de detenção e multa.

A descriminalização do grafite no Brasil deu projeção aos grafiteiros e muitos deles passaram a ser remunerados para pintar, além de ministrar palestras e oficinas de grafite por todo o país. A mudança na lei também permitiu a concessão de espaços e apoio financeiro. Com isso, vários artistas renomados foram convidados para fazer seus desenhos e ilustrações em locais de grande visibilidade, como praças, viadutos, prédios públicos e privados. Portanto, o viés transgressor e subversivo das primeiras décadas do grafite diminuiu. Hoje, o movimento é denominado como “arte urbana”, foi absorvido em parte pela cultura dominante e ganha cada vez mais a aceitação da sociedade e do poder público. Contudo, ao contrário do grafite, a pichação e o “pixo” continuam sendo considerados crime.

Doria e a “guerra do spray”

João Agripino da Costa Doria Junior (PSDB) foi eleito prefeito de São Paulo em 2 de outubro de 2016. Uma das suas principais propostas de campanha foi o programa de zeladoria “Cidade Linda”, que tinha como objetivo “revitalizar áreas degradadas da cidade”. Na prática, a iniciativa serviu para perseguir artistas de rua, como pichadores e grafiteiros; vendedores ambulantes, os proibindo de trabalhar nas áreas centrais; e moradores de rua, que foram “envelopados” embaixo de pontes e viadutos. Além disso, Doria usou o

programa “Cidade Linda” para promover a imagem de “trabalhador” que projetou na campanha e de “gestor” que fiscaliza e cuida dos problemas da cidade.

Embora a varrição de rua tenha sido o alvo inicial de João Doria, o programa “Cidade Linda” ganhou projeção mesmo com a “guerra do spray” promovida pelo prefeito recém-eleito. Durante os três primeiros meses no cargo, o tucano dedicou sua energia, capital político e a estrutura do Estado para criminalizar e punir pichadores e grafiteiros da cidade. Num primeiro momento, o grafite teve o mesmo tratamento que a pichação e o “pixo”, sendo considerado igualmente como vandalismo, sujeira e poluição visual. A primeira providência de Doria foi apagar os desenhos com tinta cinza. Em muitos casos, ele próprio se encarregou dessa tarefa. No entanto, o prefeito precisou recuar após críticas de artistas e da opinião pública. Com isso, sua artilharia se voltou para a pichação e o “pixo”.

Em 14 de fevereiro de 2017, Doria conseguiu uma importante vitória na Câmara de Vereadores como parte de seu plano de criminalizar os artistas de rua e jovens que usam o spray como forma de expressão. O projeto de lei municipal que pune com multa de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil os pichadores foi aprovada no parlamento, endurecendo as penas e restringindo a venda do material usado nas intervenções. O grafite não autorizado, já proibido por lei federal, também foi enquadrado com a mesma penalidade, passível de ter o valor da multa dobrado em caso de reincidência.

A “guerra do spray” mobilizou a opinião pública e os artistas e comunicadores de rua da maior cidade do país. Um dos principais questionamentos foi a falta de diálogo do novo prefeito com os principais afetados pelas suas iniciativas. Na medida em que a cor dos muros e paredes dos principais pontos da cidade eram substituídos pelo cinza, setores da sociedade questionavam as políticas de Doria para o caso. Até mesmo a Amazon, gigante mundial de tecnologia, provocou o prefeito em um anúncio do leitor de livros digitais *Kindle*, principal produto da empresa, que questionava os “muros cinzas da cidade” projetando trechos de livros e citações de escritores famosos nas paredes acinzentadas².

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yiAfYd6zrCY>>. Acesso em 21 set. 2020.

Metodologia e resultados

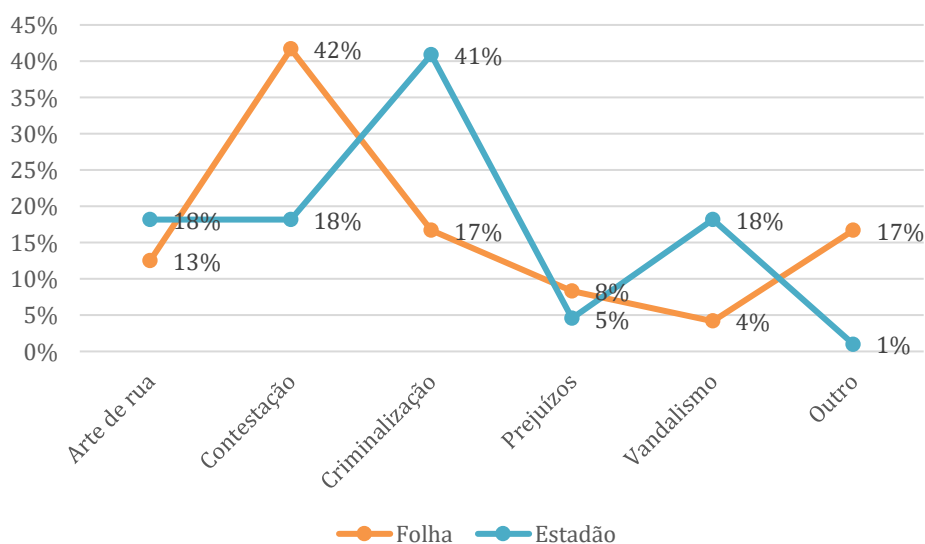
O artigo busca verificar de que forma os jornais Folha de S. Paulo e Estadão enquadraram a “guerra do spray” em suas páginas durante os primeiros 100 dias de governo do prefeito João Doria. O recorte temporal foi escolhido por coincidir com o período de maior incidência do tema na agenda da mídia. Para a operacionalização da pesquisa, utilizamos o arcabouço teórico-metodológico do enquadramento noticioso nos moldes propostos por Entman (1993). Para o autor, “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado” (p. 52). Na perspectiva de Entman, a dimensão política dos quadros se evidencia no fato deles atuarem para definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções.

O corpus da pesquisa é constituído de 46 notícias, sendo 24 da Folha e 22 do Estadão, extraídos da versão impressa dos jornais entre 1º de janeiro e 10 de abril de 2017, período exato dos 100 primeiros dias de governo de João Doria como prefeito de São Paulo. A busca considerou todas as matérias, excluindo colunas e opinião, que tratassem especificamente da cobertura da “guerra do spray”, mencionando os termos “pichação”, “pixo” e “grafite”. Foram observados na busca todas as editorias e cadernos, incluindo a capa. A análise de cada notícia está disponível para consulta no Livro de Códigos, disponível no link <http://bit.ly/codpixo>, onde também é possível visualizar as páginas dos dois jornais e encontrar as notícias que compõem a amostra.

Conforme exposto, o objetivo é perceber as semelhanças e diferenças da cobertura e identificar alguma saliência ou padrão que favoreça ou prejudique um dos lados envolvidos na “guerra do spray”. A primeira semelhança pode ser verificada no espaço ocupado e na editoria em que o caso foi tratado. Todas as notícias foram publicadas na editoria local, que na Folha é denominada de “Cotidiano” e no Estadão de “Metrópole”. A única exceção foram as chamadas na capa. A Folha repercutiu três notícias em sua primeira página, enquanto o Estadão apenas uma. Portanto, o primeiro resultado aponta para uma cobertura factual do conflito entre o prefeito e os pichadores e grafiteiros, na órbita da política. Embora exista um debate sobre o spray, em especial o grafite, ser considerado arte de rua e manifestação artística, os dois jornais não trataram da questão em suas editorias de cultura.

O **Gráfico 1** mostra os elementos predominantes na cobertura, retratando os componentes enquadrados conforme as definições de Entman (1993) e a temática proposta. A variável “contestação”, atinge diretamente o prefeito Doria e refere-se aos questionamentos, principalmente dos artistas, sobre as suas ações políticas. Nesse quesito, a Folha deu mais espaço para o contraditório, com 42% de notícias contestando as medidas oficiais, contra 18% do Estadão. Por outro lado, a variável “criminalização” reforça o estigma contra os pichadores e grafiteiros, considerando que as intervenções precisam ser combatidas legalmente, o que favorece a versão defendida pelo prefeito. Nesse caso, a saliência foi maior no Estadão, com 41% das notícias, contra 17% da Folha.

Gráfico 1 – Componentes enquadrados



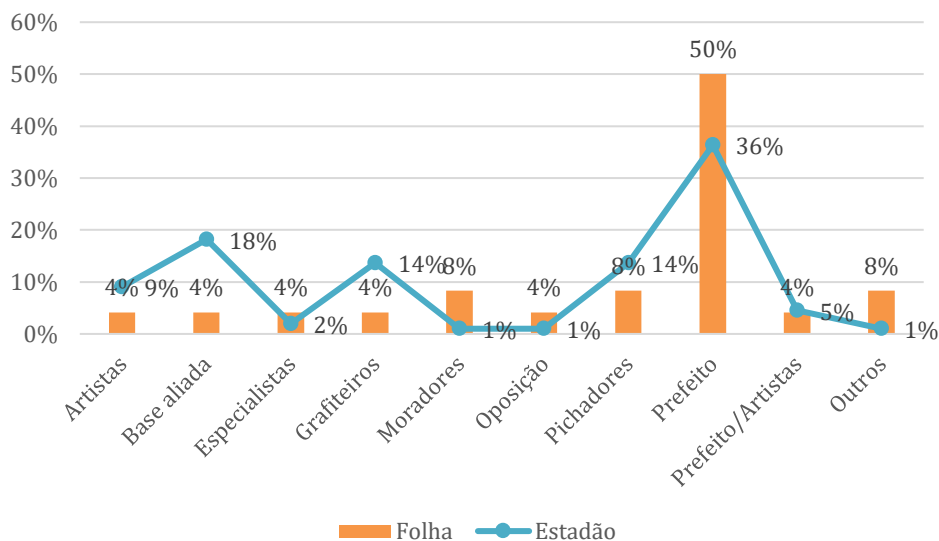
Fonte: Elaboração própria

Outra variável que favorece o lado oficial é a associação do spray com “vandalismo”, que recebeu 18% das notícias no Estadão e 4% na Folha, e com “prejuízos” causados ao patrimônio público e privado, com 8% de menções na Folha e 5% no Estadão. Com uma diferença maior para o Estadão na variável “vandalismo”, o resultado aponta que o jornal direcionou boa parte da sua cobertura relacionando a pichação e o grafite com o discurso defendido pelo prefeito. Por sua vez, a variável que trata das intervenções nos muros como “arte de rua” recebeu 18% das notícias do Estadão e 13% da Folha. Embora esse tratamento favoreça os grafiteiros, boa parte das matérias

repercutiam uma iniciativa de Doria em criar um “Museu do Grafite”, como forma de contornar suas próprias medidas de apagar esses painéis pela cidade, que não foram bem aceitas pela opinião pública.

Entman (1993) afirma que os veículos jornalísticos elencam atores que têm maior exposição como fonte das notícias. O **GRÁFICO 2** mostra que o prefeito João Doria recebeu um tratamento muito superior em relação aos demais, sendo a voz de metade das matérias da Folha e 36% do Estadão. Por sua vez, apenas 5% das notícias do Estadão, e 4% da Folha, traziam as versões dos dois lados do conflito na mesma notícia. Portanto, na maior parte das vezes, a única voz era a da fonte oficial. Nas páginas, o prefeito trata os pichadores como criminosos. “Não há diálogo com contraventor, todo pichador é bandido”, disse numa entrevista em 4 de fevereiro à rádio CBN, repercutida no dia seguinte pelos jornais. Doria também fez insinuações: “São transgressores. Provavelmente roubam celulares, roubam outras coisas”. Por fim, garantiu que durante seu governo os pichadores seriam “implacavelmente perseguidos e vigiados”.

Gráfico 2 – Atores

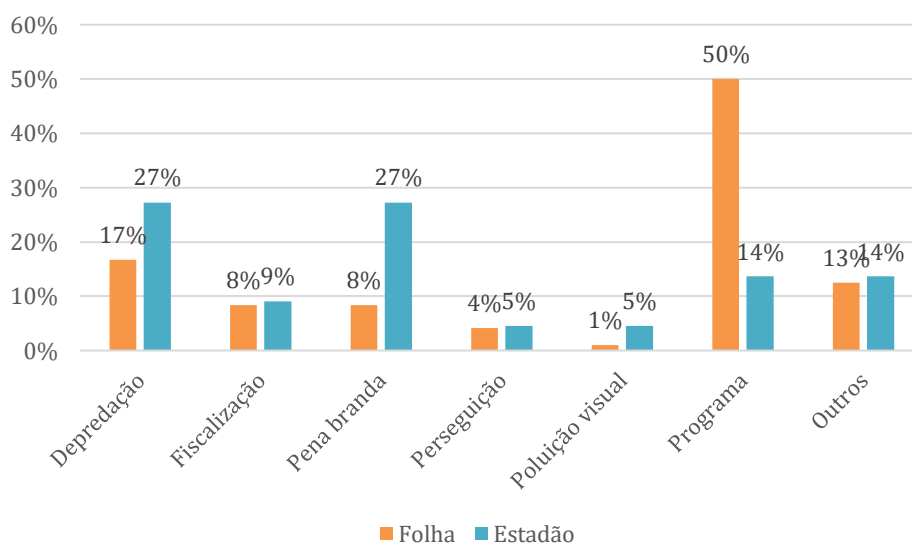


Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, o espaço dado pelos dois jornais ao outro lado da “guerra do spray” foi bem menor. O Estadão repercutiu mais as declarações de grafiteiros, que receberam um tratamento diferenciado pelo prefeito, com 14% de menções, contra 4% da Folha. Os

pichadores também foram mais ouvidos pelo Estadão, 14% contra 8% da Folha. Já as notícias que abriram aspas para grafiteiros e pichadores na mesma matéria representaram 9% no Estadão, contra 4% da Folha. Portanto, o Estadão ouviu mais os atores contrários ao prefeito. A Folha, ouviu em 8% das notícias a opinião de moradores, atingidos pelo spray e contrários aos pichadores. Já o Estadão deu mais atenção para a base de apoio de Doria na Câmara de Vereadores, 18% contra 4% da Folha, num contexto em o que o legislativo apreciava uma lei para aumentar as penas contra pichadores e grafiteiros.

Gráfico 3 – Problemas



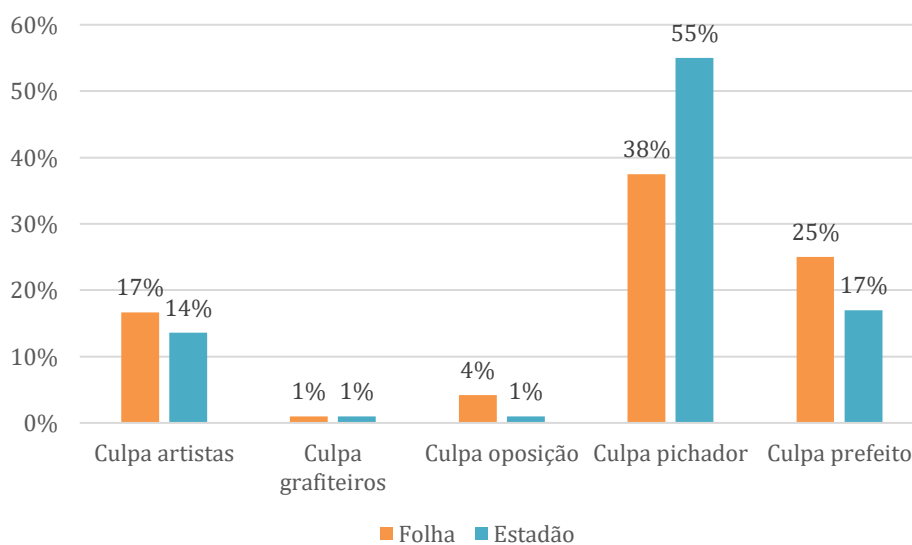
Fonte: Elaboração própria

O **Gráfico 3** segue o modelo sugerido por Entman (1993) e apresenta os problemas presentes na cobertura das notícias. Nessa categoria, observa-se uma diferença de tratamento entre os dois jornais. A Folha se destacou por apontar como principal responsável o próprio prefeito a partir do seu programa de governo. A variável repercutiu em metade das notícias, contra apenas 14% do Estadão. Portanto, embora Doria tenha sido a principal fonte das matérias da Folha, em boa parte delas ele aparecia para responder sobre as medidas por ele adotadas. Em 12 de fevereiro de 2017, a Folha noticiou o resultado de uma pesquisa de opinião de seu instituto (Datafolha) sobre a avaliação do governo municipal. Com o título “Apesar de apoio a plano de zeladoria, 6

em cada 10 reprovam retirada de grafite”, a matéria destacava que a decisão do prefeito de cobrir de cinza a cidade não foi bem recebida pela maior parte da população.

Não obstante, o Estadão enquadrou negativamente a ação dos pichadores e grafiteiros da cidade em mais uma categoria. Em 27% das notícias, a motivação dos problemas se referia ao abrandamento das penas, contra 8% da Folha. A mesma proporção também foi atribuída à “depredação” do patrimônio, contra 17% da Folha. Já a poluição visual foi tratada como problema em 5% das notícias do Estadão, contra 1% da Folha. Portanto, dois problemas que referendam a versão oficial do prefeito, que buscou enquadrar a questão como um ato criminoso e que precisava de mais punição. Com o título “Policiais do Deic vão investigar grupos de pichadores”, o Estadão tratou do tema como um caso de polícia e destacou a parceira da Prefeitura com as forças de segurança do Estado para monitorar e prender jovens que picham na capital paulista.

Gráfico 4 – Julgamento



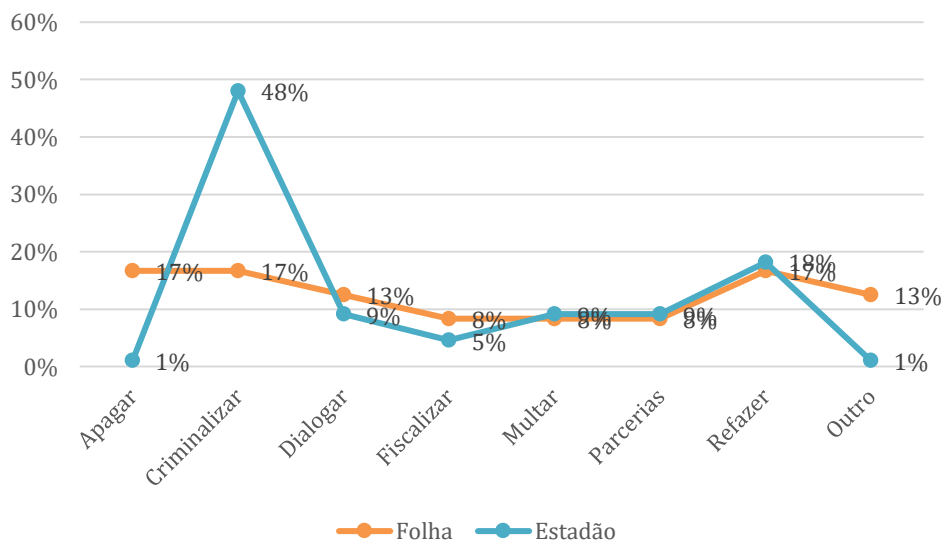
Fonte: Elaboração própria

Para Entman (1993), geralmente a cobertura dos jornais indica algum tipo de julgamento moral. O **Gráfico 4** mostra que os pichadores foram apontados nos dois jornais como os principais culpados. O Estadão condenou mais, 55% contra 38% da Folha. Os pichadores se tornaram o maior alvo do prefeito tucano após Doria recuar da decisão de dar o mesmo tratamento hostil aos grafiteiros por conta da repercussão

negativa de apagar os murais. Também por isso, apenas 1% da cobertura expôs os grafiteiros como culpados nos dois jornais. No entanto, as notícias que responsabilizaram os dois grupos que usam spray somaram 17% na Folha e 14% no Estadão.

Depois dos pichadores, Doria foi apontado como principal culpado. Porém, numa proporção bem menor. A Folha trouxe 25% das notícias contestando suas medidas, enquanto no Estadão esse número representou 17%. O principal questionamento foi a falta de diálogo do prefeito com os artistas de rua. Em 23 de janeiro 2017, o Estadão ouviu especialistas que disseram que pintar de cinza os muros “destrói a mensagem da cidade”. Em 29 de janeiro de 2017, a Folha trouxe uma matéria com “célebres pichadores” da cidade contestando as arbitrariedades do prefeito e lembrando da repressão que sofreram durante a gestão de Jânio Quadros. “Não deveria ser o papel do prefeito estimular a raiva nas pessoas”, disse Pessoa, antigo pichador. Hoje advogado e longe do spray, ele lembra que “a pichação só se consolida na transgressão”. Portanto, a perseguição serviria para estimular ainda mais a prática.

Gráfico 5 – Solução



Fonte: Elaboração própria

Por último, o enquadramento proposto por Entman (1993) sugere que normalmente as notícias também apontam algum tipo de recomendação de tratamento. O **Gráfico 5** mostra que a principal solução apontada é a criminalização, ou seja, o endurecimento das

penas, com aplicação de multas mais altas, e o aumento do patrulhamento das forças de segurança e de denúncias da população para entregar os pichadores. No entanto, percebe-se uma diferença de tratamento considerável entre os dois jornais analisados. Nesse caso, 48%, quase metade, das notícias do Estadão colocaram como principal solução a criminalização da atividade para resolver o problema, contra 17% da Folha.

Num contexto em que Doria precisou recuar da sua estratégia de cobrir os grafites de cinza e dar aos murais o mesmo tratamento dispensado à pichação, 18% das notícias do Estadão e 17% da Folha apresentaram a variável “refazer” como solução. Já a opção “apagar” foi recomendada em 17% da cobertura da Folha e 1% do Estadão. O “diálogo”, principal recomendação dos artistas de rua para o prefeito, foi apresentado como melhor alternativa em 17% das matérias da Folha e 9% do Estadão. As demais variáveis, como “fiscalizar”, “multar” e “parcerias” com a iniciativa privada representaram menos de 10% da solução nos dois jornais.

Considerações finais

A primeira conclusão aponta para uma padronização na cobertura das notícias. De modo geral, os dois jornais trataram a “guerra do spray” como um assunto factual, presente na rotina da cidade, e seus desdobramentos seguiram quase sempre a agenda oficial do prefeito. As matérias eram eminentemente políticas, repercutindo principalmente declarações de autoridades e as ações de Doria vestido de gari para apagar os murais e “pixos” dos locais por ele determinados. Boa parte da cobertura focou em temas corriqueiros, como a tramitação no parlamento de uma legislação mais punitivista e dos prejuízos materiais que as intervenções acabam gerando para os proprietários dos imóveis. Ao tratar da gestão do prefeito, Prieto & Laczynski (2020) alertaram sobre os riscos da política neoliberal voltada para a mercantilização dos espaços públicos, dificultando o acesso da população aos bens culturais e de lazer. Essa lógica, que leva a criminalização dos pobres e excluídos, também foi ignorada no noticiário.

O fato de todas as notícias serem publicadas no caderno local nos dois jornais, denota uma homogeneização do tratamento das notícias e uma limitação da forma como a temática foi abordada. Mesmo as pinturas em spray sendo consideradas como manifestação artística e com relevância cultural e estética em muitos círculos, o assunto não ganhou espaço no caderno de cultura dos dois jornais. Com isso, esvaziou-se um

debate mais amplo, complexo e que fugiria do senso comum e da estigmatização de ser um ato de vandalismo e meramente transgressor.

Mas a cobertura também apresentou diferenças entre os dois jornais analisados. Elas ficaram mais latentes nos resultados da pesquisa empírica a partir do modelo proposto por Entman (1993). Em relação ao componente enquadrado, ficou visível uma assimetria entre o Estadão, que focou na criminalização dos pichadores, e na Folha, que direcionou a cobertura para as contestações em torno das decisões políticas do prefeito. Portanto, nessa categoria é perceptível que o primeiro jornal (Estadão) acabou favorecendo a versão oficial, enquanto o segundo (Folha) expôs mais as contradições do programa de governo de Doria.

Outra diferença de tratamento entre os jornais foi em relação ao problema enquadrado. Enquanto a Folha dedicou metade das notícias para expor a maior vitrine eleitoral de Doria, o Estadão focou nas causas que refletiam o entendimento do próprio prefeito, como a pena branda ineficiente para combater os transgressores e a associação entre a pichação com o vandalismo e depredação do patrimônio. Portanto, mais uma vez o Estadão caracterizou-se por um tom ameno e a favor do lado oficial.

Na “guerra do spray”, conforme hipótese inicial, quem levou a pior na cobertura das notícias foram os pichadores e grafiteiros. O Estadão atribuiu em 69% das matérias a culpa para esse lado do conflito, contra 59% da Folha. No entanto, os grafiteiros saíram ilesos, e, assim como o arsenal do prefeito, a maior parte do julgamento recaiu sobre os pichadores. Já Doria, foi mais responsabilizado pela Folha, em 25% das notícias, contra 17% do Estadão. Por fim, a solução foi outra categoria que colocou o Estadão do lado do prefeito. Quase metade da cobertura (48%) considerava a criminalização como melhor saída, já a Folha variou mais nas recomendações e foi mais equilibrada também nesse quesito.

Embora os dois jornais deram espaços relativamente equilibrados na cobertura, as categorias que se referem aos componentes, problemas e as soluções recomendadas indicaram que o Estadão buscou tratar as notícias em consonância com os objetivos do prefeito, focando na criminalização, na cultura do punitivismo e em responsabilizar os pichadores pelos “prejuízos” causados ao patrimônio. Por sua vez, a Folha de S. Paulo fez uma cobertura mais interessada em verificar os questionamentos e interesses das partes envolvidas no conflito.

Ao cobrir principalmente o cotidiano da política e da cidade, os jornais limitaram suas pautas a uma disputa política entre os dois campos, e não aprofundaram questões mais complexas que fugissem do padrão e furassem a bolha da típica associação entre spray e vandalismo. Nesse sentido, os pichadores foram os mais prejudicados e faltou dar espaço nas notícias aos grupos tradicionalmente marginalizados. O que prevaleceu foi a versão oficial que os associava à criminalidade. Ao apostarem, de modo geral, numa cobertura rasa, corriqueira e imediatista, os jornais, principalmente o Estadão, reforçaram o estigma contra os pichadores e contribuíram para dar legitimidade ao discurso e a perseguição do prefeito.

Referências

ALVES, M. A imagem dos candidatos à prefeitura de São Paulo na campanha eleitoral de 2016. **Agenda Política**, v. 1, n. 2, p. 148-170, 2017

CANCLINI, N. C. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar y salir de la modernidad. México, 1989.

ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.

GOHL, F. C; FORT, Mônica Cristine. **Conflitos urbanos**: grafite e pichação em confronto devido à legislação repressiva. *Logos*, v. 23, n. 2, 2016.

LEMO, A. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Livro da XV COMPOS. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAIA, R. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº2, p. 303-340, 2009.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PORTO, M. Frame diversity and citizen competence: Towards a critical approach to news quality. **Critical Studies in Media Communication**, v. 24, n. 4, p. 303-321, 2007.

PRIETO, G. F. T; LACZYNSKI, P. São Paulo à venda: ultraneoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020). *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 24, n. 2, p. 243-261, 2020.

OLIVEIRA, J. G. **Grafitecidade e visão viajar** – comunicação visual, rebeldia e transgressão. Dissertação de mestrado. Casper Líbero, São Paulo, 2012.

REIS, C. F. M dos et al. **Guerra do spray**: política, poesia, transgressão, arte e establishment: a relação entre o grafite e São Paulo. 2018.

ROLNIK, R. et al. **Cidades Rebeldes**. Passe livre e manifestações que tomaram as ruas, 2014.

RUSSI, P. D. **Enciclopédia Intercom**, São Paulo, 2010, p. 931.

SANTOS, C. S. **A fronteira urbana**: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil. SP, Brasil, 2015.

SPINELLI, L. **Pichação e comunicação**: um código sem regra. Logos, v. 14, n. 1, p. 111-121, 2007.

SOUZA, T. R. S; MELLO, Lílian de Jesus Assumpção. O FOLK VIROU CULT: o grafite como veículo de comunicação. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 8, n. 17, 2007.